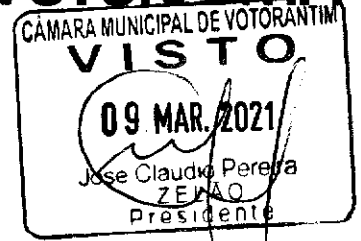




PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM
"CAPITAL DO CIMENTO"
ESTADO DE SÃO PAULO



Of. 024/21 – CV

Votorantim, 01 de março de 2021

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício de nº 020/21, datado de 17 de fevereiro de 2021, através do qual nos encaminha o Requerimento de nº 012/21, do nobre vereador **José Cláudio Pereira**, aprovada durante a "Ordem do Dia", da 2ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, realizada em 16 de fevereiro de 2021, em resposta ao requerimento supra, conforme informação da Secretaria competente, informarmos que:

a) Trata-se de questão pungente a atual administração, que ciente da importância do vale-alimentação aos servidores aposentados e pensionistas, a atual administração se encontra tolhida, sob pena de incorrer em improbidade, diante da procedência e trânsito em julgado do processo nº 2239266-49.2018.8.26.000, Ação Direta de Inconstitucionalidade, de Autoria do Ex-Prefeito Sr. Fernando de Oliveira Souza, que declarou inconstitucional a Lei Municipal nº 1582;

b) Diante da procedência e do trânsito em julgado do processo nº 2239266-49.2018.8.26.000, Ação Direta de Inconstitucionalidade, de Autoria do Ex-Prefeito Sr. Fernando de Oliveira Souza, a atual administração está impedida em enviar referido projeto, sob pena de incorrer em improbidade, não obstante esta atual administração municipal, estuda dentro de suas possibilidades, a melhor forma para reduzir os impactos causados pelo processo de autoria do prefeito anterior;

c) A atual administração está trabalhando em prol de toda a população e funcionalismo público, inclusive aposentados e pensionistas, buscando corrigir as injustiças causadas pela administração anterior, que através da Lei Municipal nº 2.713 de 24 de junho de 2019, converteu o COMAS, pertencente a administração pública direta, em uma "OS" Organização Social COMASSE, onde amplamente noticiado pela imprensa local, se apropriou de todas as cestas básicas que estavam no estoque do COMAS, as quais



PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

"CAPITAL DO CIMENTO"
ESTADO DE SÃO PAULO

deveriam também ser destinadas aos servidores (aposentados e pensionistas) com menor poder aquisitivo. Resta-nos esclarecer ainda, que a atual administração está temporariamente impossibilitada de encaminhar projeto de Lei criando despesa de caráter continuado até 31 de Dezembro de 2021, em obediência a Lei Complementar Federal nº 173/2020, sob pena de responsabilização. Toda via, a presente administração está atenta e sensível aos interesses do funcionalismo público municipal, e está estudando a melhor forma em minimizar os impactos causados pela suspensão do benefício.

Sendo o que tínhamos a informar, despedimo-nos,

Atenciosamente.


FABÍOLA ALVES DA SILVA PEDRICO
PREFEITA MUNICIPAL